

Heterodoxias da pesquisa sobre o câncer: a urgência do bom senso

Heterodoxies of cancer research: the urgency of common sense

Érick Igor dos Santos¹

O texto estabelece uma reflexão apoiada no legado teórico de Ludwik Fleck acerca das condições de emergência e emprego de duas perspectivas da pesquisa sobre o câncer que têm se destacado no âmbito da saúde nos últimos tempos.

O autor se debruça sobre os meandros do posicionamento hegemônico da *Somatic Mutation Theory* (SMT) ou Teoria da Mutação Somática (TMS), e sobre a *Tissue Organization Field Theory* (TOFT) ou Teoria dos Campos de Organização Tecidual (TCOT), que possuem olhares sobre a gênese do câncer tão distintos que extrapolam a dimensão explicativa da questão, perpassam as decisões metodológicas em cada caso e adquirem tamanha oposição em algumas de suas fundações constituintes que resultam na refutação mútua, mesmo que em parte.

O surgimento da TCOT tem em pesquisadores como Ana Soto e Carlos Sonnenschein grandes defensores. Seu argumento está centrado na ideia de que o câncer não é consequência de uma célula defeituosa oriunda de mutação, mas sim que a neoplasia surge de um colapso bastante mais complexo e dinâmico na comunicação entre as variadas camadas de um tecido¹. Apesar de não se tratar de uma teoria completamente inédita, o seu resgate e desenvolvimento recentes não se deram sem proporcionar estranhamento entre uns e impor desafios a outros, sobretudo para aqueles que trabalham sob uma determinada corrente de pensamento mais tradicional e tentam refutar as emergentes, e outros que, ao contrário, comungam da aceção que surge e tentam defendê-la, sustentá-la e diferenciá-la das demais.

O manuscrito discute, entre outras coisas, a posição hegemônica de uma teoria sobre a outra. Ao considerar as possíveis razões apontadas pelo autor, pode-se perceber que os critérios que elegem hegemônico um determinado paradigma são tão plurais quanto os fatores que contribuem para a sua construção. Esta característica — é preciso destacar — não

Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro. Curso de graduação em Enfermagem do Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM) – Rio de Janeiro (RJ), Brasil.

¹Mestre em Enfermagem pela Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FENF/UERJ) – Rio de Janeiro (RJ), Brasil.

E-mail: erick_igor@hotmail.com

necessariamente reflete a fidedignidade ou merecimento científico, mas põe em xeque qualquer tentativa simplista de explicação sobre como se dá a soberania de uma abordagem sobre a outra entre as investigações sobre o câncer.

Fenômeno patológico cujo complexo comportamento epidemiológico merece alto grau de sofisticação dos instrumentos metodológicos e criterioso refinamento analítico, o processo de investigação sobre o câncer está imerso nas injunções políticas, sociais, históricas e epistemológicas que revestem o pensamento humano e que, por isso, configuram as formas de pensar, ensinar e fazer ciência. Assim, as teorias que se propõem a explicar a oncogênese e a subsidiar caminhos para sua vigilância, prevenção e controle acompanham as transformações no campo da ciência, mais precisamente as mudanças de paradigma científico², que não podem ser vistas exclusivamente sob um único ponto de vista.

Apesar de não se tratar de um processo simples e tampouco veloz, se por um lado as idas e vindas do pensamento científico colocam obstáculos à conformação de unicidade nas explicações sobre o surgimento do câncer, por outro exigem dos cientistas a renovação dos votos com suas respectivas filiações epistemológicas por intermédio da reflexão e, simultaneamente, apontam para a necessidade de incorporação de novos elementos que possam contribuir para a reavaliação das visões de mundo.

No âmbito da saúde pública, as tensões que se originam das divergências e o surgimento de proposições que buscam congregar para potencializar já foram abordados por alguns autores, que parecem concordar com a periculosidade da exclusão de um ponto de vista em detrimento de outro, e que há relevância no diálogo entre lados opostos³⁻⁵. Refiro-me ao perigo propiciado pela ingenuidade da assunção da existência de uma verdade única, intocável e hegemônica.

À semelhança do texto, não pretendo aqui adentrar a seara do mérito ou falta deste nas teorias em pauta. Se os estudos embasados na TCOT assumem os riscos da imprecisão em face do alto número de eventos potencialmente cancerígenos de que buscam dar conta, aqueles embasados na TMS encontram dificuldades ao tentar estabelecer os nexos causais que podem culminar em um defeito celular de ordem irreversível pelo sistema imune dos indivíduos. Limitações à parte, a tarefa de investigar o objeto oncogênese já se mostra bastante complexa, pois, entre outras razões, é árdua a demonstração de associações de forma direta e incontroversa explicitando as verdadeiras causas do câncer⁵. Em adição, é importante pontuar que a epidemiologia ambiental do câncer — considerada por uma das teorias e não por outra — carece de constante revisitação às suas bases e produtos. Por se tratar da ciência básica que norteia o processo decisório por parte das agências reguladoras do governo para proteger a população, equívocos metodológicos podem gerar resultados duvidosos que, por seu turno, implicam na alocação

inadequada de recursos⁴. Mesmo assim, é importante não haver abandono ou desprestígio dos estudos epidemiológicos clássicos do tipo dose-resposta, haja vista o impacto que já proporcionaram ao tratamento e prevenção do câncer. Apesar de sua aparente controvérsia, esta reflexão ilustra a inconstância necessária aos estudos sobre o câncer, que não devem deixar-se cristalizar no âmago das suas ancoragens epistemológicas. Pelo contrário, precisam estar abertas a debates que possam incorporar novas concepções e respeitar as antigas, fugindo das amarras do reducionismo para a flexibilidade da autocrítica.

As pistas deixadas pelo texto nos guiam à conclusão de que a decisão sobre a adoção de uma teoria explicativa e não de outra deve ser realizada, principalmente, com base no conhecimento aprofundado acerca das mesmas, com ênfase nas suas origens, limitações e potencialidades. Isto, porque a ausência de regras bem definidas nesta escolha pode direcionar o pesquisador às armadilhas que têm muito a pôr em risco. É preciso saber os limites de natureza epistemológica e política de certas abordagens que, em nome da pretensão de alcançar a objetividade e a neutralidade radicais, podem errar ao desconsiderar as mais ampliadas. Ou ainda, aquelas mais recentes podem cair no equívoco de desmerecer as mais antigas e tradicionais, sem considerar o ganho que proporcionaram à pesquisa sobre o câncer até hoje.

A VIII Conferência Nacional de Saúde, a Constituição Federal de 1988 e a Lei Orgânica de Saúde de 1990 trouxeram importantes avanços no que se refere à promoção da saúde e ao combate à doença no Brasil⁶. Sob esta assertiva, além da compreensão e do respeito às múltiplas teorias que se propõem a esmiuçar o surgimento do câncer, cabe aos pesquisadores brasileiros ampliar o modo de agir e de pensar a saúde.

A partir dos postulados de um determinado autor brasileiro³, ao colocarmos em pauta a transdisciplinaridade do risco no seio da epidemiologia como conhecemos hoje, verificamos que o risco da gênese do câncer, como tantos outros problemas de saúde das coletividades, requer a exploração de modo articulado e integrado pelas mais diferentes áreas do conhecimento. Isto significa que vale a pena deixar a zona de conforto para investir no (re)descobrimto das multifacetadas razões pelas quais o câncer provoca o adoecimento de tantos, sem, contudo, perder a sobriedade e o rigor necessários à pesquisa científica. Para isso, é urgente a presença do bom senso.

Em síntese, entende-se que mais do que opor duas vertentes explicativas que merecem ser contempladas demoradamente, conhecer o cenário no qual as duas estão imbricadas e encontrar caminhos para o seu dialogar configura-se como necessidade premente. É preciso haver maiores debates e o delineamento de pesquisas empíricas sob as perspectivas trazidas à tona pelo autor para que o caráter exequível das proposições seja evidenciado.

REFERÊNCIAS

1. Longtin R. For tissue organization theory of cancer: A difficult road to acceptance. *J Natl Cancer Inst.* 2005;97(1):11-12.
2. Kuhn TS. *A estrutura das revoluções científicas.* 3ª ed. São Paulo: Perspectiva; 1992.
3. Ayres JRCM. Epidemiologia, promoção da saúde e o paradoxo do risco. *Rev Bras Epidemiol.* 2002;5(supl 1):28-42.
4. Guimarães RM. Implicações da epidemiologia ambiental para a tomada de decisão estratégica na gestão em saúde pública. *Cad Saúde Colet.* 2012;20(1):1-2.
5. Porto MF, Finamore R. Riscos, saúde e justiça ambiental: O protagonismo das populações atingidas na produção de conhecimento. *Cien Saúde Colet.* 2012;17(6):1493-501.
6. Cordeiro H. Descentralização, universalidade e equidade nas reformas da saúde. *Cien Saúde Colet.* 2001;6(2):319-28.